

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Est. de S. Paulo

Class.: 36

Data: 06/02/76

Pg.: _____

Funai expulsará garimpeiros da reserva dos ianomânis

ESP. 6-2-76

Aripuanã vai ter projeto

Da Sucursal de BRASÍLIA

Dez mil famílias de pequenos e médios agricultores deverão ser beneficiadas por um programa de colonização que o governo de Mato Grosso pretende lançar, ainda este ano, numa área de 400 mil hectares, no município de Aripuanã. O programa deverá ser implantado em quatro anos, com recursos da Sudene e do Polamazônia, e os módulos rurais variarão de 110 a três mil hectares.

A Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, a Codemat, que coordenará a implantação do projeto, já dimensionou as áreas com base nas pesquisas do Radam e estabeleceu um preço mínimo de 400 cruzeiros por hectare. Uma rede de estradas de penetração será construída, tendo como tronco a rodovia Vilhena-Aripuanã.

Da Sucursal de BRASÍLIA

A Funai deverá usar o seu poder de polícia para expulsar os 400 garimpeiros que estão se instalando ilegalmente na região da serra do Surucucu, em Roraima, onde vivem mais de dois mil índios ianomânis, ainda em contato intermitente. Ao a sociedade envolvente. Ao anunciar a medida, o general Ismarth de Araujo Oliveira, presidente do órgão, lembrou que o Estatuto do Índio proíbe a garimpagem em áreas indígenas, permitindo apenas, com a prévia aprovação da Funai, os trabalhos de lavra e pesquisa.

A corrida para a região do Surucucu começou no ano passado, com a notícia da ocorrência de cassiterita na área e, nos últimos meses, a invasão da área tem causado sérios prejuízos aos índios. Já foram registrados surtos de gripe e sarampo, colocando em risco a sobrevivência das comunidades ianomânis.

Para retirar os invasores, a Funai poderia lançar mão de dois instrumentos legais: ação judicial, processo de tramitação demorada, ou seu poder de polícia, coordenado com outros órgãos de segurança. A Funai preferiu optar pela segunda

hipótese, para não agravar o problema na área.

Estrangeiros

O presidente da Funai afirmou ontem que desconhece qualquer orientação oficial no sentido de afastar os missionários estrangeiros de seu trabalho com comunidades indígenas em áreas de segurança nacional, a exemplo do que ocorreu com os antropólogos estrangeiros que desenvolviam projetos da Funai nessas regiões.

Ao comentar a decisão, ontem, o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi, afirmou que "as razões de segurança nacional apresentadas pelo governo não são muito claras". Ele prefere acreditar que os técnicos estrangeiros "já estavam incomodando a Funai, pois conheciam com profundidade os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas". Daí a necessidade de removê-los.

"Acho que há muitos brasileiros maus vivendo em regiões de fronteira — afirmou o padre Iasi — e empresas multinacionais que, na verdade, representam maior risco para a segurança nacional do que estudiosos interessados em trabalhar para solucionar o problema do índio brasileiro".